



FOME NO BRASIL: ANÁLISE DE EVIDÊNCIAS POR MEIO DE REVISÃO INTEGRATIVA

Fernanda Maciel¹

Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN)

E-mail: costafernanda909@gmail.com

Sara Bezerra²

Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN)

E-mail: sarataciana@uern.br

Bertulino Souza³

Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN)

E-mail: bertulinosouza@uern.br

Resumo

A fome no Brasil tem sido amplamente debatida nas áreas acadêmicas e na gestão de políticas públicas, devido à sua repercussão histórica e ao impacto significativo na vida dos brasileiros, resultando na violação de direitos fundamentais, como o acesso à alimentação adequada. Este estudo tem como objetivo analisar as evidências da fome no Brasil. Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, na qual foram utilizadas as palavras-chave “fome”, “Brasil” e “direito humano”. Após a análise dos resultados, a discussão foi organizada em três dimensões: dados historiográficos, fatores agravantes da fome e reflexões teóricas. Diante disso, foi possível constatar que a fome no Brasil configura-se como um problema histórico e persistente na vida de milhões de brasileiros. Apesar das tentativas de enfrentamento ao longo dos anos, por meio da criação de políticas públicas e conselhos voltados à segurança alimentar, o problema continua a se agravar, revelando-se cada vez mais devastador.

Palavras-chave: Direito humano à alimentação; Segurança alimentar; Políticas públicas.

HUNGER IN BRAZIL: ANALYSIS OF EVIDENCE THROUGH AN INTEGRATIVE REVIEW

Abstract

Hunger in Brazil has been widely debated in academic areas and in public policy management, due to its historical repercussions and significant impact on the lives of Brazilians, resulting in the violation of fundamental rights, such as access to adequate food. This study aims to analyze the evidence of hunger in Brazil. It is an integrative literature review, in which the keywords “hunger”, ‘Brazil’ and “human right” were used. After analyzing the results, the discussion was organized into three dimensions: historiographical data, factors aggravating hunger and theoretical reflections. As a result, it was possible to see that hunger in Brazil is a historical and persistent problem in the lives of millions of Brazilians. Despite attempts to tackle it over the years, through the creation of public policies and councils aimed at food security, the problem continues to worsen, proving to be increasingly devastating.

Key words: Human right to food; Food security; Public policies.

¹ Mestranda no programa de pós-graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido - PLANDITES, da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN.

² Doutorado em Enfermagem pela Universidade Federal do Ceará e Coordenadora do PLANDITES da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

³ Doutor e Pós-Doutor em Antropologia Social e Cultural (Universidade de Coimbra - Portugal). Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e Docente Permanente do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES).

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 47, v. 1, p. 287- 302, jul/2025.

ISSN: 2176-5774

EL HAMBRE EN BRASIL: ANÁLISIS DE LAS PRUEBAS MEDIANTE UNA REVISIÓN INTEGRADORA

Resumen

El hambre en Brasil ha sido ampliamente debatido en el ámbito académico y en la gestión de políticas públicas, debido a sus repercusiones históricas y a su significativo impacto en la vida de los brasileños, que se traduce en la violación de derechos fundamentales, como el acceso a una alimentación adecuada. Este estudio tiene como objetivo analizar las evidencias del hambre en Brasil. Se trata de una revisión bibliográfica integradora, en la que se utilizaron las palabras clave «hambre», «Brasil» y «derecho humano». Tras analizar los resultados, la discusión se organizó en tres dimensiones: datos historiográficos, factores agravantes del hambre y reflexiones teóricas. Como resultado, se pudo constatar que el hambre en Brasil es un problema histórico y persistente en la vida de millones de brasileños. A pesar de los intentos de enfrentarlo a lo largo de los años, mediante la creación de políticas públicas y consejos destinados a la seguridad alimentaria, el problema sigue agravándose, resultando cada vez más devastador.

Palabras-clave: Derecho humano a la alimentación; Seguridad alimentaria; Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é direito de toda pessoa ter acesso físico e econômico, de forma contínua, à alimentação adequada ou aos meios para obtê-la (Brasil, 1988). Dessa forma, quando o acesso aos alimentos é escasso e o cidadão se encontra em situação de fome, esse direito está sendo violado.

O conceito de fome tem sido amplamente debatido nas áreas acadêmicas e na gestão de políticas públicas. No entanto, apenas recentemente passou a ser considerado uma consequência direta da insegurança alimentar e nutricional a que determinadas populações ou grupos estão submetidos. Essa insegurança refere-se à falta de acesso regular, confiável e adequado a alimentos nutritivos e seguros, tanto em quantidade quanto em qualidade, capazes de suprir as necessidades de uma vida ativa e saudável (Pinheiro; Carvalho, 2010).

A aferição da fome, por sua vez, costuma ser feita com base na medição do Índice de Massa Corporal (IMC). Um IMC inferior a 18,5 kg/m² em adultos indica deficiência energética, levando ao emagrecimento e, consequentemente, a danos à saúde. Dessa forma, é possível identificar a proporção de indivíduos adultos magros em uma população e estimar com mais precisão a extensão da fome em um país ou região (Coutinho; Lucatelli, 2006).

Existem dois tipos principais de fome: a fome aguda, caracterizada pela necessidade imediata de se alimentar, associada a um grande apetite; e a fome crônica, que é permanente e ocorre quando a alimentação habitual não fornece energia suficiente para a manutenção do organismo e para o desempenho das atividades diárias, colocando a saúde em risco

(Monteiro, 2003). Nesse contexto, surge a seguinte indagação: como se manifestam, atualmente, as evidências da fome no Brasil?

Considerando que a fome é um problema histórico e recorrente no país, alimentado por profundas desigualdades sociais — como a distribuição desigual de recursos, oportunidades e poder entre diferentes grupos —, políticas públicas vêm sendo desenvolvidas com o objetivo de mitigar ou erradicar essa condição. Ainda assim, mesmo com a criação e implementação de medidas específicas, a fome persiste e continua afetando uma parcela significativa da população brasileira.

Diante disso, este estudo tem como objetivo analisar as evidências disponíveis na literatura sobre a fome no Brasil, descrevendo sua realidade, os fatores que a agravam e as reflexões teóricas relacionadas ao tema. Considerando a relevância dessa problemática, torna-se imprescindível recorrer à literatura científica como ferramenta de compreensão da situação atual da fome no país.

MATERIAL E MÉTODO

O artigo consiste em uma revisão integrativa de literatura com base em trabalhos publicados que discutem a situação da fome no Brasil. A revisão integrativa caracteriza-se como um método específico de revisão que tem como objetivo sintetizar a literatura empírica e/ou teórica, possibilitando uma compreensão mais ampla de determinada temática. Para tanto, é fundamental que as estratégias de busca, os critérios de inclusão e exclusão, bem como os resultados das pesquisas, sejam claramente definidos, a fim de evitar buscas incompletas e reduzir erros na seleção dos estudos (Oliveira et al., 2023).

Para elaboração da revisão, realizada no ano de 2023, foram utilizadas as seguintes bases de dados para a seleção dos artigos: Scientific Electronic Library Online – Brasil (Scielo Brasil) e National Library of Medicine (PubMed). Em cada uma dessas bases, foram utilizadas as palavras-chave: Fome, Brasil e Direito humano. Durante o processo de triagem, foram considerados os artigos sem restrição de idioma ou ano, apresentassem em seu título termos relacionados à fome no Brasil e, em seus resumos, a descrição da situação a partir de dados, desafios, percepções, fatores agravantes e reflexões teóricas sobre o tema.

A busca nas bases de dados resultou em 156 artigos selecionados inicialmente, com base na área de pesquisa e no tipo de publicação. Durante esse processo, foi necessário ajustar a estratégia de busca, utilizando a combinação de dois descritores por meio do operador

booleano “AND”, com o objetivo de refinar os resultados e identificar artigos com maior aderência à temática.

Os critérios de inclusão adotados foram: artigos publicados, disponíveis em texto completo online, que apresentassem relevância para o tema e que mencionassem em seu título e resumo a relação com a fome no contexto brasileiro. Como critérios de exclusão, foram desconsiderados os artigos duplicados ou que não abordassem diretamente a temática proposta. Após essa filtragem, restaram 29 artigos.

Posteriormente, foi realizada a leitura integral desses artigos e, com base nos resultados, foram selecionados 11 estudos que serviram de base para a construção do presente artigo. Os textos incluídos na revisão foram organizados em três dimensões, conforme os achados identificados durante a leitura, com o objetivo de simplificar, resumir e estruturar as informações, favorecendo a clareza da discussão proposta. As dimensões estabelecidas foram: Dimensão 1 – Dados historiográficos; Dimensão 2 – Fatores agravantes; Dimensão 3 – Reflexões teóricas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A amostra final da busca foi composta pelos artigos selecionados (Quadro 1), organizados por grupos de estudos. O Quadro 1 apresenta as pesquisas incluídas, com a descrição de sua distribuição conforme o título, a referência e os principais resultados analisados. Ao todo, foram utilizados 11 artigos com abordagens distintas, sem restrição quanto ao ano de publicação ou idioma.

Quadro 1. Identificação das dimensões da fome no Brasil.

Dimensão 1 – Dados historiográficos	
Título e Referência	Resultados
Sentidos e usos da fome no debate político brasileiro: recorrência e atualidade (Brito; Baptista, 2021).	1930-1940: desabastecimento de alimentos decorrentes da guerra; 1970-1980: cenário de elevados índices de miséria e desnutrição. O Brasil era o 6º país em subnutrição; 1990: Mapa da Fome contabilizando 32 milhões de famintos; 2000: persistência da fome e desigualdades; 2014: o Brasil saiu do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU), ao apresentar menos de 5% da população em situação de subalimentação; 2016: retorno da fome após políticas de ajuste e restrição de gastos em políticas sociais.

Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil (Ribeiro-Silva et al., 2020).	2018: 821 milhões de pessoas no mundo, ou seja, 1 em cada 9 pessoas passavam fome.
Restaurantes Populares como estratégias de combate à fome e de promoção da Segurança Alimentar e Nutricional: uma revisão integrativa de publicações científicas no período de 2011-2021 (Oliveira et al., 2023).	2021 – 2022: 125,2 milhões de pessoas viviam sem acesso total ou contínuo aos alimentos, o que significa que mais da metade da população manifestava algum grau de IA. Destes, 33,1 milhões foram classificados em IA grave, ou seja, 14 milhões de brasileiros que enfrentam uma nova situação de fome.
Experiências de fome infantil e condições crônicas de saúde mais tarde na vida entre idosos brasileiros (Félix-Beltrán; Seixas, 2021).	24,7% dos brasileiros com 50 anos ou mais passaram fome na infância.

Dimensão 2 – Fatores agravantes	
Título e Referência	Resultados
Mapas, fome e planejamento territorial (Rodrigues; Kauchakje; Oliveira, 2023).	Desertos alimentares.
“A fome e a raiva (e o vírus) é coisas dos homens”: reflexões sobre participação social em tempos de Covid-19 (Oliveira, 2021).	Pandemia da Covid-19.
Desemprego, pobreza e fome no Brasil em tempos de pandemia por Covid-19 (Neves <i>et al.</i> , 2021).	Desemprego e pobreza.
Gênero e insegurança alimentar na pandemia de COVID-19 no Brasil: a fome pelas vozes das mulheres (Schall <i>et al.</i> , 2021).	Gênero.
A cor e o gênero da fome: análise da insegurança alimentar a partir de um olhar interseccional (Silva <i>et al.</i> , 2022).	Raça.
Dimensão 3 – Reflexões teóricas	
Título e Referência	Resultado
Quem inventou a fome são os que comem*: da invisibilidade à enunciação – uma discussão necessária em tempos de pandemia (Frutuoso; Viana; 2021).	Thomas Malthus: fome como lei natural da vida, como forma de reduzir o número de pessoas e de garantir o equilíbrio diante do aumento da população, da limitação da terra e da produção de alimentos; Josué de Castro: os determinantes da fome eram os flagelos naturais e a desigualdade social; Carolina Maria de Jesus: quem inventou a fome são os que comem.

Máscaras cobrem o rosto, a fome desmascara o resto: covid-19 e o enfrentamento à fome no brasil (Gonçalves; Bello; Tocafundo, 2022).	Ricardo Abramovay: crueldade pensar a fome como consequência de um instinto não saciado naturalmente, como os demais.
--	---

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A partir da construção do Quadro 1, é possível observar os achados desta pesquisa, os quais foram organizados em três dimensões, que serão apresentadas e discutidas a seguir.

Dados historiográficos

A questão da fome no Brasil pode ser considerada uma circunstância recorrente, parte da história do país, uma vez que suas raízes remontam ao processo histórico de formação da sociedade brasileira, com origem no período colonial (Vasconcelos, 2005). No entanto, essa questão social só ganhou maior visibilidade a partir de 1930, momento caracterizado por transformações econômicas, políticas e sociais no país, forte desabastecimento de alimentos em decorrência da guerra e precárias condições de vida da classe trabalhadora, amplamente denunciadas. A partir desse contexto, teve início o debate sobre as condições estruturais do país e sobre a fome, resultando nos primeiros instrumentos específicos de política social voltados à alimentação e nutrição, instituídos apenas ao longo da Era Vargas (1937–1945), período marcado por mudanças políticas e sociais significativas (Brito; Baptista, 2021; Vasconcelos, 2005).

Dentre esses instrumentos, destacam-se o Decreto-Lei nº 2.162, de 1º de maio de 1940, que instituiu o salário-mínimo no Brasil, e o Decreto-Lei nº 399, de 30 de abril de 1938, que estabeleceu a chamada “ração essencial mínima”, composta em quantidade e qualidade por alimentos necessários ao atendimento das necessidades nutricionais de um trabalhador adulto. Contudo, historicamente, o valor do salário-mínimo não tem sido suficiente para satisfazer nem mesmo as necessidades básicas do trabalhador e de sua família, impossibilitando, antigamente, a aquisição da ração essencial e, atualmente, da alimentação adequada (Vasconcelos, 2005).

Sem mudanças eficazes, a fome continuou a se alastrar. Entre 1970 e 1980, o Brasil apresentou elevados índices de miséria e desnutrição, sendo classificado como o 6º país em subnutrição, com 86 milhões de subnutridos e meio milhão de crianças morrendo de fome por ano. O estado de subnutrição caracteriza-se pela ingestão insuficiente de alimentos, o

que causa alterações estruturais e funcionais na composição corporal, comprometendo as condições de saúde. Quando afeta crianças, pode gerar consequências no desenvolvimento da linguagem, no processamento fonológico e na memória visuoespacial (Alpes et al., 2022; Brito; Baptista, 2021).

A partir disso, intensificaram-se os discursos de combate à fome e foram criadas as primeiras organizações e conferências sobre o tema, como a VIII Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986. Essa conferência originou eventos específicos, como a I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição (I CNAN), também em 1986, que propôs a criação do Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição e de um Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional, como estratégia de enfrentamento da fome — proposta que, contudo, não foi efetivada (Brito; Baptista, 2021).

Em 1990, o mapa da fome apontava 32 milhões de brasileiros em situação de fome. Diante desse quadro, a segurança alimentar e nutricional passou a ser tratada como prioridade no combate à fome. Nesse contexto, a fome ganhou força retórica, sendo associada à miséria e ao modelo político e econômico adotado pelos governos (Brito; Baptista, 2021). Nos anos 2000, a persistência da fome e das desigualdades sociais exigia o combate integrado entre política econômica e social, tendo como estratégia central a reforma agrária para garantir a segurança alimentar e nutricional (Brito; Baptista, 2021).

Em 2003, foi implementado o programa Fome Zero. Em 2006, criou-se o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). Em 2010, foi lançado o programa Bolsa Família, com o intuito de melhorar as condições de vida da população brasileira. Como resultado dessas políticas, em 2014, o Brasil saiu do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU), ao apresentar menos de 5% da população em situação de subalimentação, reduzindo, temporariamente, a visibilidade política e social do tema (Brito; Baptista, 2021).

Entretanto, essa situação não perdurou. Em 2016, o Brasil retornou ao Mapa da Fome em decorrência de políticas de ajuste fiscal e cortes em políticas sociais (Brito; Baptista, 2021). Segundo Brito e Baptista (2021), a fome voltou ao cenário político e social de forma rápida, pois nunca foi efetivamente enfrentada. A estrutura de desigualdade social brasileira permaneceu, mesmo em períodos de crescimento econômico. Assim, deixar de falar sobre a fome ou afirmar que ela não existe mais não significa que o problema tenha sido resolvido.

Na mesma perspectiva, em 2018, 821 milhões de pessoas no mundo passavam fome. Entre 2021 e 2022, 125,2 milhões de brasileiros viviam sem acesso total ou contínuo a alimentos, o que significa que mais da metade da população apresentava algum grau de

insegurança alimentar. Desses, 33,1 milhões foram classificados em insegurança alimentar grave, ou seja, 14 milhões de brasileiros passaram a enfrentar uma nova situação de fome. Esses dados evidenciam e reafirmam que a fome é um problema recorrente e histórico no Brasil. Como destacado por Félix-Beltrán e Seixas (2021), 24,7% dos brasileiros com 50 anos ou mais passaram fome na infância — o que mostra que, em alguma fase da vida, grande parte da população brasileira é marcada pela experiência da fome (Oliveira et al., 2023; Ribeiro-Silva et al., 2020).

Fatores agravantes

Inúmeros fatores podem agravar a fome no Brasil, entre eles os chamados desertos alimentares. Segundo o Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC, 2011), desertos alimentares são locais onde a população não tem acesso físico a alimentos in natura e minimamente processados, o que favorece o consumo de produtos ultraprocessados. Estes, por sua vez, são nutricionalmente desbalanceados e aumentam o risco de doenças como hipertensão, diabetes, obesidade e câncer (Rodrigues; Kauchakje; Oliveira, 2023).

De acordo com os mesmos autores, o conceito de desertos alimentares foi um dos primeiros a surgir no cenário internacional no contexto do enfrentamento à fome e à insegurança alimentar. O acesso à alimentação relaciona-se diretamente à qualidade e à quantidade dos alimentos disponíveis, não se limitando apenas à localização física, mas também às condições econômicas da população.

Conforme a Organização Não Governamental Aliança pela Alimentação Saudável e Adequada (2020), desertos alimentares são regiões onde o acesso a alimentos saudáveis é escasso ou inexistente, obrigando os indivíduos a se deslocarem para áreas distantes. Isso acaba incentivando o consumo de produtos ultraprocessados, que são mais fáceis de armazenar, menos perecíveis e de maior durabilidade. Esses locais geralmente coincidem com territórios habitados por populações de baixa renda e por minorias étnicas marginalizadas. Assim, os desertos alimentares podem ser considerados espaços que propiciam a fome, devido à dificuldade de acesso a alimentos em quantidade e qualidade adequadas.

Outro fator que agravou significativamente a fome no Brasil foi a pandemia de COVID-19. A partir de fevereiro de 2020, com o aumento exponencial dos casos, somado ao cenário de desmonte do Estado e à implementação de políticas neoliberais, aprofundaram-se as desigualdades sociais e reacendeu-se a problemática da fome (Oliveira et al., 2021).

Nesse contexto, medidas como o distanciamento social, o isolamento domiciliar e a quarentena intensificaram a desigualdade no acesso à alimentação adequada. A população mais vulnerável foi a mais afetada, já que a propagação do vírus era acelerada pelas más condições de vida e saúde, fazendo com que esse grupo sentisse de forma mais intensa os efeitos da fome (Oliveira et al., 2021).

Outros fatores agravantes são o desemprego e a pobreza, também impactados pelas medidas de contenção da pandemia. A paralisação ou redução das atividades econômicas contribuiu para o aumento da taxa de desemprego e a diminuição da renda — problemas que já se acumulavam no Brasil desde 2014 e se intensificaram a partir de 2016. Isso agravou ainda mais o cenário de crescimento da pobreza e da extrema pobreza no país (Neves et al., 2021).

Conforme o Ministério da Economia, nos primeiros cinco meses de 2020, o Brasil registrou 3.297.396 pedidos de seguro-desemprego, representando um aumento de 12,4% em relação ao mesmo período de 2019. Em maio de 2020, esse percentual aumentou 28,3% em relação ao mês anterior e 53% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Com o aumento do desemprego, cresceu também o número de famílias em situação de extrema pobreza, com renda mensal de até R\$ 89,00 por pessoa, atingindo cerca de 20% da população brasileira em outubro de 202 (Neves et al., 2021).

A taxa de desemprego é mais elevada entre as mulheres, o que reduz drasticamente seu poder de compra e seu acesso à alimentação adequada e saudável (Neves et al., 2021). Isso demonstra que o gênero é um fator agravante da fome no Brasil. As mulheres desempenham papel central no ativismo político, na produção, compra, doação, distribuição e preparo de alimentos, o que reforça a importância de se investigar a relação entre gênero e fome em diferentes contextos e territórios (Schall et al., 2022).

Além do gênero, a raça também é um fator determinante na desigualdade alimentar. Dados nacionais mostram que, no contexto da pandemia de COVID-19, a insegurança alimentar moderada ou grave esteve presente em 24,4% dos domicílios chefiados por pessoas negras (pretas e pardas), contra 16,4% nos domicílios chefiados por pessoas brancas (Silva et al., 2022).

A análise dos indicadores sociais por raça ou cor revela desigualdades profundas: a população negra é maioria nos trabalhos informais, nos menores níveis de escolaridade e renda, possui menor acesso a serviços como saneamento básico e é a principal vítima de homicídios. Em contrapartida, é minoria em posições de poder e liderança, como cargos gerenciais e políticos (Silva et al., 2022).

Conforme Silva et al. (2022), entre os negros, as mulheres negras apresentaram as piores condições em termos de renda familiar per capita. Homens e mulheres brancas, por sua vez, mostraram melhores condições socioeconômicas — um indicativo que pode explicar a menor incidência de insegurança alimentar nesse grupo. Em situações de extrema pobreza, mulheres negras correspondem a 39,8% da população, seguidas por homens negros (36,9%), mulheres brancas (11,9%) e homens brancos (10,4%). Esses dados revelam que pessoas negras estão mais propensas a enfrentar a fome do que pessoas brancas no Brasil (Silva et al., 2022).

Reflexões teóricas

Diversas foram as produções de conhecimento sobre a fome que contribuíram para a inclusão desse tema como prioridade de discussão em nível mundial. Entre elas, destaca-se Thomas Malthus, nascido em 1766, economista e matemático britânico, conhecido por sua teoria malthusiana. Essa teoria se baseava na ideia de que a população cresce em progressão geométrica — especialmente nas regiões onde a prevalência da fome é elevada — enquanto a produção de alimentos cresce em progressão aritmética, gerando um descompasso entre ambas. Malthus descrevia a fome como uma “lei natural da vida”, funcionando como um mecanismo para reduzir o número de pessoas e garantir o equilíbrio populacional diante da limitação de terras e da produção de alimentos (Frutuoso; Viana, 2021).

Essa concepção associa a insegurança alimentar ou a fome à insuficiente disponibilidade de alimentos. A percepção de escassez e a naturalização da pobreza, por sua vez, acabam por responsabilizar o próprio pobre por sua condição de miséria e fome (Frutuoso; Viana, 2021; Gonçalves; Bello; Tocafundo, 2022).

Em contraponto à teoria malthusiana, destaca-se Josué de Castro, nascido em 1908, médico, nutrólogo, geógrafo, cientista social, escritor e ativista brasileiro no combate à fome. Josué caracterizava os determinantes da fome como resultantes de flagelos naturais e da desigualdade social — sendo esses os verdadeiros responsáveis pelas situações de insuficiência tanto na quantidade quanto na qualidade dos alimentos disponíveis.

Contrariando a ideia de escassez natural, ele defendia que o problema da fome não era a falta de alimentos, mas a má distribuição deles. Segundo o autor, a solução passaria pela criação de um sistema alimentar estruturado em grandes corporações agrárias — empresas que atuam da produção à distribuição — de modo a aumentar a produtividade e reduzir os preços dos alimentos (Frutuoso; Viana, 2021).

Além disso, Josué de Castro afirmava que a fome, a má alimentação e a desnutrição não são fenômenos naturais, mas sociais. Portanto, apenas por meio de ações coletivas e políticas públicas de segurança alimentar e nutricional seria possível tornar realidade o direito humano universal à alimentação (Pinheiro; Carvalho, 2010).

Na mesma linha de pensamento, Carolina Maria de Jesus, nascida em 1914, escritora, compositora e poetisa brasileira, afirmava: "quem inventou a fome são os que comem". Reconhecendo a fome como um produto de uma sociedade latifundiária, capitalista e desigual, atribuía a responsabilidade pela sua existência aos patrões — os que comem —, os quais a inventam, sustentam, mantêm e lucram com ela (Frutuoso; Viana, 2021).

Ricardo Abramovay, nascido em 1953, professor e autor, acrescenta que é cruel considerar a fome como uma consequência de um instinto natural não saciado, como ocorre com a respiração (Gonçalves; Bello; Tocafundo, 2022). Sob essa perspectiva, para satisfazer a necessidade de comer, é necessário ter condições econômicas para adquirir alimentos, seja por meios próprios ou por meio da ação do Estado (Gonçalves; Bello; Tocafundo, 2022).

Desse modo, torna-se evidente que o alimento, quando tratado como mercadoria nos moldes do capitalismo predatório e associado às ideias neomalthusianas que buscam justificar a fome, contribui para uma "conspiração do silêncio". Isso ocorre porque tendemos a naturalizar as desigualdades que perpetuam esse mal histórico em nossa sociedade.

CONCLUSÕES

A fome no Brasil, conforme evidenciado ao longo deste estudo, é um problema estrutural, histórico e multifacetado, profundamente enraizado nas desigualdades sociais, econômicas e raciais do país. Apesar dos avanços alcançados em determinados períodos, como a saída do Brasil do Mapa da Fome em 2014, os dados e reflexões mais recentes demonstram um retrocesso preocupante, com o retorno de milhões de brasileiros a uma realidade de insegurança alimentar grave.

A partir da análise das dimensões apresentadas — dados historiográficos, fatores agravantes e reflexões críticas —, torna-se evidente que a fome não pode ser tratada apenas como uma consequência da escassez de alimentos ou da má gestão de recursos, mas sim como resultado de um modelo socioeconômico excludente, que perpetua a desigualdade e a vulnerabilidade de grupos historicamente marginalizados, como mulheres, negros e populações de baixa renda.

Os fatores agravantes como os desertos alimentares, o desemprego, a pobreza e os efeitos da pandemia da Covid-19 expuseram ainda mais as fragilidades do sistema de proteção social e a insuficiência das ações públicas quando estas não são contínuas e integradas. Além disso, as reflexões de pensadores como Josué de Castro, Carolina Maria de Jesus e Ricardo Abramovay reforçam a necessidade de enxergar a fome não como uma fatalidade natural, mas como uma construção social que pode — e deve — ser desconstruída por meio de políticas públicas efetivas, baseadas em justiça social, redistribuição de renda e garantia dos direitos humanos.

Portanto, é urgente e necessário que o combate à fome seja tratado como prioridade permanente das agendas políticas e sociais, com a implementação de estratégias sustentáveis, intersetoriais e participativas, que envolvam não apenas o Estado, mas também a sociedade civil. O enfrentamento da fome requer mais do que ações emergenciais; exige um compromisso ético com a dignidade humana e com a construção de um país verdadeiramente justo e igualitário.

REFERÊNCIAS

- ALIANÇA PELA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E ADEQUADA. **O que são desertos alimentares?** Publicação em rede social. Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CCbWb7Ol3Vy/>. Acesso em: 20 nov. 2023.
- ALPES, M. F.; MISHIMA, F.; ZUANETTI, P. A.; FUKUDA, M.T.H. Linguagem oral, processamento fonológico e memória visuoespacial em crianças com histórico de subnutrição leve na primeira infância. **Audiology - Communication Research**, [S. l.], v. 27, p. e2653, 28 nov. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/acr/a/Nx8SXbrmWCTThxmPyt5rQSR/>. Acesso em: 18 nov. 2023.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** [s. d.]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 nov. 2023.
- BRITO, F. R. S. S.; BAPTISTA, T. W. F. Sentidos e usos da fome no debate político brasileiro: recorrência e atualidade. **Cadernos de Saúde Pública**, [S. l.], v. 37, p. e00308220, 20 out. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/QsKwnNkdFdDrbpBcVYGcYwz/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 nov. 2023.
- COUTINHO, M.; LUCATELLI, M. Produção científica em nutrição e percepção pública da fome e alimentação no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, [S. l.], v. 40, n. spe, p. 86–92, ago. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102006000400013&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 23 nov. 2023.

Fome no Brasil: análise de evidências por meio de revisão integrativa. Fernanda Maciel; Sara Bezerra; Bertulino Souza.

FÉLIX-BELTRÁN, L.; SEIXAS, B. V. Childhood hunger experiences and chronic health conditions later in life among Brazilian older adults. **Pan American Journal of Public Health**, [S. l.], v. 45, p. e39, 2021.

FRUTUOSO, M. F. P.; VIANA, C. V. A. Quem inventou a fome são os que comem: da invisibilidade à enunciação – uma discussão necessária em tempos de pandemia. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, [S. l.], v. 25, p. e200256, 19 mar. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/LPHP93S94TgNtKbGtRZtDcs/>. Acesso em: 13 nov. 2023.

GONÇALVES, G. P.; BELLO, C. A.; TOCAFUNDO, A. C. M. A máscara cobre o rosto, a fome desmascara o resto: COVID-19 e o enfrentamento da insegurança alimentar em duas unidades da FUNEC. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 8, n. 5, p. 39643–39659, 23 maio 2022. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/48407>. Acesso em: 23 nov. 2023.

MONTEIRO, C. A. A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 17, p. 7–20, ago. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/PcfwPvTcqcT7P4vS8KFZYjQ/>. Acesso em: 23 nov. 2023.

NEVES, J. A.; MACHADO, M. L.; OLIVEIRA, L. D. de A.; MORENO, Y. M. F.; MEDEIROS, M. A. T. de; VASCONCELOS, F. de A. G. de. Desemprego, pobreza e fome no Brasil em tempos de pandemia por Covid-19. **Revista de Nutrição**, [S. l.], v. 34, p. e200170, 2 jun. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/RGq98CHLDx3mKPNTwDXVQGv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2023.

OLIVEIRA, J. T. C.; CAMARGO, A. M. de; MACHADO, B. O. B.; OLIVEIRA, A. R. de; FIATES, G. M. R.; VASCONCELOS, F. de A. G. de. “A fome e a raiva (e o vírus) é coisas dos home”: reflexões sobre participação social em tempos de Covid-19. **Revista de Nutrição**, [S. l.], v. 34, p. e200183, 2 jun. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/7h6qDhWr9q88d34kSGq7Dkf/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2023.

OLIVEIRA, J. T. C.; GABRIEL, C. G.; MACHADO, M. L.; MARTINS, M. C.; BRICARELLO, L. P.; VASCONCELOS, F. de A. G. de. Popular Restaurants as strategies to fight hunger and to promote Food and Nutrition Security: an integrative review of scientific publications in the period 2011-2021. **Revista de Nutrição**, [S. l.], v. 36, p. e220067, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/S79Dh97RVYntNRTtVjBSSjS/>. Acesso em: 13 nov. 2023.

PINHEIRO, A. R. O.; CARVALHO, M. F. C. C. Transformando o problema da fome em questão alimentar e nutricional: uma crônica desigualdade social. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 121–130, jan. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S14181232010000100018&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 23 nov. 2023.

RIBEIRO-SILVA, R. C.; PEREIRA, M.; CAMPOLLO, T.; ARAGÃO, É.; GUIMARÃES, J. M. de M.; FERREIRA, A. J. F.; BARRETO, M. L.; SANTOS, S. M. C. dos. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciência &**

Saúde Coletiva, [S. l.], v. 25, p. 3421–3430, 28 ago. 2020. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/csc/a/mFBrPHcbPdQCPdsJYN4ncLy>. Acesso em: 15 nov. 2023.

RODRIGUES, A. R.; KAUCHAKJE, S.; OLIVEIRA, F. H. Mapas, fome e planejamento territorial. **Revista Katálysis**, [S. l.], v. 26, p. 32–42, 13 fev. 2023. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rk/a/drnSQSB5vN3wRFwDmXBWcWM/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

SCHALL, B.; GONÇALVES, F. R.; VALENTE, P. A.; ROCHA, M.; CHAVES, B. S.; PORTO, P.; MOREIRA, A. M.; PIMENTA, D. N. Gênero e Insegurança alimentar na pandemia de COVID-19 no Brasil: a fome na voz das mulheres. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 27, n. 11, p. 4145–4154, nov. 2022. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232022001104145&tlang=pt. Acesso em: 20 nov. 2023.

SILVA, S. O.; SANTOS, S. M. C. dos; GAMA, C. M.; COUTINHO, G. R.; SANTOS, M. E. P. dos; SILVA, N. de J. A cor e o sexo da fome: análise da insegurança alimentar sob o olhar da interseccionalidade. **Cadernos de Saúde Pública**, [S. l.], v. 38, p. e00255621, 5 ago. 2022. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/csp/a/MQHNQz5GH9NmxfZpFm3zC3r/>. Acesso em: 22 nov. 2023.

VASCONCELOS, F. de A. G. de. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. **Revista de Nutrição**, [S. l.], v. 18, p. 439–457, ago. 2005. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rn/a/dBtStfvTzwqWjqQgSL5zqd/>. Acesso em: 18 nov. 2023.

Recebido em: janeiro de 2025
Aceito em: julho de 2025